



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E AUTORIDADES COMPETENTES DO
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – DAAE ARARAQUARA.

PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2023

Processo DAAE nº 091 de 10/01/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA NOS
PRÓPRIOS DO DAAE, BEM COMO EM OUTROS QUE VENHAM A SURGIR, POR UM PERÍODO DE
12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.

A empresa **KW LIMA SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº
20.105.291/0001-90, com sede na **Av. Pereira Barreto, 1395 – Sala 14 – Bairro Paraíso na Cidade de
Santo André, estado de SP**, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, por seu
representante legal que esta subscreve, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Conforme previsão assente no Subitem 11.1 do Edital, em face da habilitação da empresa E.F.P.
PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - EPP, em razão de haver incoerências nos modelos de planilhas
apresentados pela recorrida, pela falta da apresentação de documento no envelope nº 01 – PROPOSTA e
também no envelope nº 02 – HABILITAÇÃO, maculando a lisura do certame promovido pelo
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – DAAE ARARAQUARA, requerendo que seja
o presente admitido e processado na forma da Lei, juntamente com as inclusas razões.



RAZÕES DE RECURSO

O DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – DAAE ARARAQUARA realizou o Pregão Presencial nº 004/2023 que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTARIA NOS PRÓPRIOS DO DAAE, BEM COMO EM OUTROS QUE VENHAM A SURGIR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.

Em 23/02/2023 ocorreu o início da Sessão Pública do certame cujo o qual a licitante E.F.P. PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - EPP consagrada vencedora após ofertar a menor proposta após a rodada de desempate fazendo uso do direito de preferência imputado pela Lei nº 123/2006, ficando estipulado pela comissão de licitações a apresentação da proposta readequada ao valor do último lance ofertado conforme estipulado pelo instrumento no prazo de 01 dia útil, mesmo tendo apresentado no ato da sessão pública envelope de proposta em desacordo com o edital, faltando apresentar Planilha Anexo III, conforme previsto no Subitem 8.2 c) do presente edital, tanto no ato da seção pública quanto no arquivo enviado posteriormente com preço readequado ao valor final ofertado, e tendo também apresentado envelope de habilitação contendo documentação defeituosa, não atendendo ao item V – OUTRAS COMPROVAÇÕES deixando de apresentar no INTERIOR DO ENVELOPE – Declaração modelo 05.

DOS FATOS

Referente aos documentos de habilitação, o item **V – OUTRAS COMPROVAÇÕES diz:**

“a) Apresentar as declarações referentes aos modelos em anexo de nºs 01, 04 e 05, elaboradas em papel timbrado e assinadas por seu representante legal;”

Porém, a empresa recorrida deixa de cumprir tal exigência quando não apresenta a declaração Modelo 05, ficando claro a desatenção ao edital, fato passível de inabilitação.

Em outro ponto, o presente edital diz:



“8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA COMERCIAL”

8.2 – A proposta de preços deverá conter ainda:

c) A proposta de preços deverá ser apresentada na forma de 03 (três) planilhas anexas ao edital, que são: Anexo II – A Planilha de Composição de Preços por Posto de Serviço, Anexo III – A Planilha de Composição de Preços e o Anexo IV – Planilha Geral de Custos e Composição de Preços;”

No entanto, observamos que os documentos apresentados nem sequer seguem o mesmo modelo disponibilizado juntamente com o edital da presente licitação, dificultando a análise e suprimindo itens constantes nas planilhas que deveriam ter sido apresentadas, oportunizando vantagens indevidas em relação aos demais licitantes.

Um fato claro é a omissão do item 6.1 constante no Anexo IV – Planilha de Composição de Custos e Composição de Preços, que trata sobre os impostos IRPF e CSLL, omitidos nas planilhas apresentadas pela empresa recorrida, ocasionando vantagem financeira em seu preço final.

Outro ponto observado é o fato da empresa recorrida prevê um desconto intitulado “Parcela do Trabalhador” para os itens Vale Alimentação descontando 18% do colaborador indevidamente e Cesta Básica descontando 5% também de forma indevida, indo completamente em desconformidade com o estipulado pela convenção coletiva da categoria, sendo o correto descontar apenas R\$ 1,27 para cada tique refeição fornecido, e não havendo desconto algum em relação ao fornecimento da cesta básica, provando mais uma vez que a empresa vencedora tenta a qualquer custo obter vantagens de forma indevida no presente processo.

Também é importante dizer que nas planilhas apresentadas não foram contemplados alguns benefícios da CCT da categoria que são direitos dos colaboradores, tais como, Auxílio Creche, PPR e Benefício Social Sindical, obtendo mais uma vez vantagens financeiras em seu preço final.

Porém, o fato que mais nos chamou atenção, foi a ausência do **Anexo III – A Planilha de Composição de Preços**, não sendo apresentada pela empresa recorrida e nesse contexto o subitem 8.2 c) é claro e cristalino ao dizer:



8.2 – A proposta de preços deverá conter ainda:

*c) A proposta de preços deverá ser apresentada **na forma de 03 (três) planilhas anexas ao edital**, que são: Anexo II – A Planilha de Composição de Preços por Posto de Serviço, Anexo III – A Planilha de Composição de Preços e o Anexo IV – Planilha Geral de Custos e Composição de Preços;”*
(Grifos nossos).

Da mesma forma que deixou de apresentar **DENTRO DO ENVELOPE** de Habilitação a Declaração Modelo 05.

Observamos então que o instrumento convocatório utiliza a palavra “**DEVERÁ**”, ou seja, sendo de caráter “**OBRIGATÓRIO**”, tanto no que diz respeito a apresentação dos anexos solicitados, quanto na utilização dos anexos disponibilizados no edital, o que nesse caso claramente não foi atendido pela empresa recorrida, ferindo claramente o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos [3º](#), [41](#) e [55](#), [XI](#), da Lei nº [8.666/1993](#), que rege o procedimento licitatório, vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]



XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;”.

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da [Lei de Licitações](#), e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”

Dito isso, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos.

Como bem destaca Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

Contudo, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade



às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se que seja dado PROVIMENTO ao presente recurso para DESCLASSIFICAR a licitante E.F.P. PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - EPP, que deixa de apresentar documentação referente a proposta de preço bem como habilitação dentro do estipulado pelo instrumento convocatório, ferindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, devendo o certame prosseguir em seus ulteriores termos, de modo a resgatar a lisura que deve permear o procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 004/2023 e à futura contratação a ser promovida pelo DAAE ARARAQUARA.

Salientamos que caso o presente não seja acatado, velaresmo o caso ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Ministério Público.

Santo André - SP, 01 de março de 2023.

KW LIMA SERVIÇOS LTDA

Nathalia Lima de Oliveira

RG nº 50.965.245-1

CPF nº 473.278.828-98